o) Proceder às notificações pessoais via externa e via postal das liquidações do IVA/IR e ao averbamento no sistema informático.

p) Apreciar e informar sobre o impedimento de reconhecimento do direito a benefícios fiscais, em sede de Impostos sobre o Rendimento e Despesa, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do EBF.

q) Coordenar, orientar e controlar todos os procedimentos relacionados com o SGRC, com a exceção das heranças indivisas.

r) Instaurar e controlar as reclamações administrativas apresentadas nos termos e no âmbito dos impostos relacionados com a secção, promovendo todos os procedimentos e atos necessários para o efeito.

s) Controlar a cobrança de emolumentos, despachar e distribuir as certidões pelas 1.ª e 2.ª secções.

t) Coordenar e controlar todo o serviço relacionado com o CAT (Centro de Atendimento Telefónico).

3.3 — 3.ª Secção (Justiça Tributária) — CFA — Domingos Manuel Leal da Cunha.

a) Ordenar a instauração de todos os processos de execução fiscal, promovendo todas as diligências inerentes à sua tramitação normal até à penhora, com a exclusão de qualquer incidente que, a seguir deverá ser objeto de informação e proposta de decisão. Esta delegação não inclui a decisão sobre pedidos de suspensão de processos, apreciação de garantias, prescrição e declaração em falhas, levantamento de penhoras e cancelamento de registos.

b) Assinar despachos de registo e autuação de outros processos.

c) Autorização do pagamento em prestações nos termos e condições do artigo 196.º do CPPT.

d) Assinar mandados, passados em seu nome, emitidos em cumprimento de despacho anterior.

e) Controlar toda a informatização dos processos de execução fiscal e contencioso fiscal.

f) Executar as instruções e a conclusão de processos de execução fiscal, tendo em vista a extinção do maior número de processos e a maior arrecadação de receita.

g) Controlar a cobrança de emolumentos, despachar e distribuir as certidões da secção.

h) Mandar autuar e instruir os processos a seguir indicados, praticando todos os atos necessários e específicos, com vista à sua remessa para decisão à entidade competente:

- 1 — Impugnação Judicial;
- 2 — Oposição à execução;
- 3 — Embargos de Terceiros.

i) Promover, dentro dos prazos previstos todos os procedimentos relacionados com a organização dos processos administrativos a que se refere o artigo 111.º do CPPT.

j) Controlar o adequado cumprimento do disposto no artigo 103.º do CPPT.

k) Proceder ao registo informático dos Processos de Insolvência.

l) Proceder ao envio atempado das certidões relativas a citações para reclamação de créditos.

m) Controle da aplicação de publicitação de devedores, incluindo o registo de audição prévia.

n) Coordenar e controlar a receção e aplicação de fundos e outros valores remetidos a este Serviço.

o) Controlar todo o serviço externo a realizar por trabalhadores da secção.

p) Controlar o reconhecimento do direito a benefícios fiscais (artigo 13.º do EBF), através do Sistema de Controlo dos Benefícios Fiscais.

q) Promover o registo e autuação dos autos de apreensão de mercadorias em circulação, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 147/2003, de 11 de julho.

3.4 — 4.ª Secção (Cobrança) — CFA — Ana Paula Rodrigues Pinto Costa

a) Praticar todos os atos de modo a coordenar e controlar todo o serviço relacionado com o Imposto Único de Circulação (IUC)

b) Deferir os pedidos de isenção de IUC e informar aqueles em que a competência para a decisão não é do chefe de finanças.

c) Promover as notificações e restantes procedimentos respeitantes às receitas do Estado, cuja liquidação não seja da competência da AT, incluindo as reposições.

d) Coordenar e controlar a liquidação do Imposto do Selo na apresentação dos contratos de arrendamento e promover o seu arquivo.

e) Coordenar e controlar a receção, o registo e o arquivo da declaração Modelo 2 de Imposto do Selo.

f) Promover a requisição de impressos e a sua organização permanente.

g) Organizar a conta de gerência.

h) Elaborar a contabilidade mensal e proceder aos respetivos estornos.

i) Proceder à anulação dos pagamentos motivados por má cobrança.

j) Analisar e autorizar a eliminação do registo de pagamento de documentos no SLC, motivado por erros detetados no respetivo ato, sob proposta escrita do trabalhador responsável.

k) Autorizar o funcionamento das caixas (SLC).

l) Assegurar o depósito diário das receitas cobradas na conta bancária respetiva.

m) Realizar os balanços previstos na Lei e requisitar, registar e lançar no sistema informático os vários impressos, promovendo a sua devolução, se for caso disso.

4 — Substituição legal

Nas minhas faltas, ausências ou impedimentos, o meu substituto legal será o CFA, Domingos Manuel Leal da Cunha e na sua ausência ou impedimento, os CFA, Maria Teresa Batista Pereira Santos, Ana Paula Rodrigues Pinto Costa e Joaquim Ramos Adriano, sucessivamente.

5 — Observações

Tendo em conta o conteúdo doutrinário do conceito de delegação de competências nos termos do artigo 49.º do Código do Procedimento Administrativo, o delegante conserva nomeadamente os seguintes poderes:

a) Chamamento a si, a qualquer momento das tarefas, da resolução e apreciação se assunto que entenda, sem que isso implique a derrogação do presente despacho;

b) Modificação, anulação ou revogação dos atos praticados pelos delegados;

c) Em todos os atos praticados ao abrigo desta delegação de competências deve ser feita a menção expressa ao Chefe de Finanças, através da expressão “Por delegação do Chefe de Finanças, com a indicação da data em que foi publicada a presente delegação no *Diário da República* e respetiva série.

6 — Produção de efeitos

O presente despacho produz efeitos a partir de 01 de abril de 2016, ficando ratificados todos os atos e despachos entretanto praticados nos termos desta delegação de competências.

30 de junho de 2016. — O Chefe do Serviço de Finanças de Covilhã, *Jorge Manuel Pina Rainha*.

209914282

FINANÇAS, PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS, AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL E MAR

Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.

Aviso n.º 12468/2016

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por Deliberação do Conselho Diretivo, de 26 de janeiro de 2015, foi autorizada a consolidação da mobilidade interna na carreira e categoria de técnico superior de Isabel Maria Rocha Gonçalves, com efeitos a 1 de agosto de 2015, tendo sido celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, mantendo a posição remuneratória entre a 6.ª e 7.ª e o nível remuneratório entre o 31 e 35 da tabela remuneratória única.

3 de outubro de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Luis Souto Barreiros*.

209913675

Aviso n.º 12469/2016

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por Deliberação do Conselho Diretivo, de 26 de janeiro de 2015, foi autorizada a consolidação da mobilidade interna na carreira e categoria de técnico superior de Ana Isabel Morais, com efeitos a 1 de agosto de 2015, tendo sido celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, mantendo a posição remuneratória entre a 2.ª e 3.ª e o nível remuneratório entre o 15 e 19 da tabela remuneratória única.

3 de outubro de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Luis Souto Barreiros*.

209913748